



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

1416
P

Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

Agravante: Caixa Seguradora S/A

Agravados: Antônio José do Nascimento e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DA ORA AGRAVANTE. LEGITIMIDADE ATIVA DOS ORA AGRAVADOS. COBERTURA SECURITÁRIA PARA VÍCIOS CONSTRUTIVOS. INCIDÊNCIA DA MULTA DECENDIAL. APLICAÇÃO DO CDC. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1- Na demanda em análise, sobre indenização oriunda de seguro habitacional, não há interesse jurídico da Caixa Econômica, que age como mera administradora de fundo dessa espécie securitária, sem constituir, com a seguradora, relação jurídica atingível pelo processamento da lide. Por conseguinte, sobressai a competência da Justiça Estadual para apreciá-la. Súmula nº 94 e precedentes deste Tribunal.

2- Inviável a arguição de ilegitimidade no polo passivo, pois modificações nele, após cada sucessão de seguradora, gerariam insegurança jurídica. Também, as entidades sucessora e sucedida respondem solidariamente no tocante ao seguro, podendo o cliente exigi-lo de qualquer das empresas.

3- Titularizando os agravados a propriedade dos imóveis securitariamente cobertos, sendo compulsório o seguro quando da obtenção desses bens, e restando possível a fruição da cobertura pelos mutuários (súmula nº 59/TJPE), afigura-se legítima a respectiva presença no polo ativo.

4- A presença de vícios construtivos nos bens segurados não afasta a exigibilidade da cobertura securitária. Súmula nº 58 e precedentes deste Tribunal.

5- É aplicável a multa decendial prevista no contrato entre os litigantes. Súmula nº 101 e precedentes deste Tribunal.

6- No contrato de financiamento e na relação securitária acessória, observa-se a presença do fornecedor e dos consumidores. Também, ambas as avenças são adesivas, ampliando a necessidade de aplicação do diploma consumerista. Registre-se ainda a aplicabilidade do referido diploma independentemente do momento de constituição dos contratos supra, de trato sucessivo. Assim, indubitável a incidência do CDC na lide em apreço, autorizando-se ainda a inversão do ônus probatório.

7- Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo na Apelação nº **257.449-4** em que figuram como agravante Caixa Seguradora S/A e como agravados Antônio José do Nascimento e outros, por unanimidade, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator

1.403
R**Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4**

Agravante: Caixa Seguradora S/A

Agravados: Antônio José do Nascimento e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

O feito originário envolve a cobrança de seguro habitacional em decorrência de vícios estruturais nos imóveis de propriedade dos demandantes/agravados, adquiridos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, sendo proposta por Antônio José e outros contra a Caixa Seguradora.

A Caixa Seguradora interpôs recurso apelatório, tendo sido proferida decisão terminativa (fls. 1.172/1.177), negando seguimento ao apelo por considerá-lo manifestamente improcedente e contrário ao teor de súmulas deste Tribunal.

Em suas razões recursais, a Caixa Seguradora, agravante, formula **preliminar de cerceamento de defesa.**

No tocante ao **mérito recursal** propugna:

- 1) a competência da Justiça Federal para apreciar o processo perante interesse da Caixa Econômica Federal;
- 2) sua ilegitimidade passiva;
- 3) a ilegitimidade ativa dos demandantes, ora agravados;
- 4) a inexistência de cobertura contratual para vícios construtivos;
- 5) o descabimento da multa decendial;
- 6) inexistência de obrigação de pagamento de aluguéis;

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação, com consequente revogação da decisão recorrida; não havendo reconsideração, pretende o julgamento colegiado deste recurso de agravo, de modo a reformar a decisão terminativa impugnada.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 07.11

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

1.409
R

Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

Agravante: Caixa Seguradora S/A

Agravados: Antônio José do Nascimento e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Análise da Preliminar aduzida no Recurso de Agravo
da Caixa Seguradora: cerceamento de defesa**

Formula a Caixa Seguradora preliminar de nulidade da decisão por cerceamento de defesa em razão de ter constado na decisão terminativa recorrida o nome "Sul América" ao invés de Caixa Seguradora.

A tese levantada pela agravante não merece guarida considerando ter seu recurso sido plenamente julgado com base na realidade dos autos, não havendo como um equívoco na grafia do nome da parte, apenas no curso do voto, gerar qualquer nulidade, especialmente porque o nome da parte constou corretamente da epígrafe da decisão e a parte foi devidamente intimada através do patrono.

Tal questão não comporta relevância para deflagração de nulidade, havendo precedente jurisprudencial a respeito do tema:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA - ERRO DE GRAFIA DO NOME DO AUTOR - MERO EQUÍVOCO - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO - REJEITADA - RAZÕES RECURSAIS QUE REFLETEM INTEIRO TEOR DA CONTESTAÇÃO - OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - CONHECIMENTO PARCIAL - IMPROVIMENTO DA PARTE CONHECIDA.

(TJ-MS - AC: 524 MS 2001.000524-0, Relator: Des. Paschoal Carmello Leandro, Data de Julgamento: 26/07/2005, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: 16/08/2005). (original sem destaques)

E mais:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS À ARREMATAÇÃO - NULIDADE DO EDITAL - AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL LOCAL - APLICAÇÃO DA LEF - ESPECIALIDADE - ERRO NA GRAFIA DO NOME DA EXECUTADA - MERA IRREGULARIDADE. (...) 3. O erro de grafia da parte executada é mera irregularidade e não vicia o edital de arrematação. 4. Recurso especial provido com inversão da sucumbência.

(STJ - REsp: 1080969 RS 2008/0176768-2, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 16/06/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/06/2009). (original sem destaques)

Dessa forma, **rejeito** a preliminar.



1410 R

Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

Agravante: Caixa Seguradora S/A

Agravados: Antônio José do Nascimento e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, observo haver, no recurso em apelo, razões já lançadas no bojo do recurso apelatório. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los pontualmente:

Apreciação dos pontos versados no agravo:

(...)

**1) PRELIMINAR DO APELO DA CAIXA
SEGURADORA: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA
FEDERAL PARA PROCESSAR O FEITO - INTERESSE
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

Em preliminar a apelante postula a remessa dos autos à Justiça Federal, tendo em vista a existência de interesse da Caixa Econômica Federal no feito.

A questão posta cinge-se em saber se compete à Justiça Federal ou Estadual processar e julgar as ações de indenização securitária vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação e se há interesse da Caixa Econômica Federal e da União na demanda.

A competência da Justiça Federal determina-se em razão da pessoa (*ratione personae*), nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Sendo obrigatória a intervenção da Caixa Econômica Federal (empresa pública federal) no feito, seja como autora, ré, assistente ou opoente, a competência é da Justiça Federal.

A assistência é modalidade de intervenção de terceiro que pressupõe a existência de interesse jurídico. O interesse jurídico do terceiro consubstancia-se numa relação jurídica mantida com o assistido, a qual poderá ser afetada a depender do julgamento da causa. A intervenção do assistente no processo é facultativa. A lei não impõe a participação do assistente no processo.

No tocante à questão material discutida na origem - indenização securitária decorrente de seguro habitacional-, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal como assistente da Seguradora.

No caso em apelo, a ação originária versa sobre pedido de indenização securitária com fundamento em Cobertura da Apólice

Habitacional contratada junto à instituição seguradora, pessoa jurídica de direito de privado.

O seguro, contrato acessório no financiamento imobiliário, envolve apenas a Seguradora e os segurados. A responsabilidade por essa relação securitária diz respeito tão somente à Seguradora apelante.

A Caixa Econômica Federal - CEF passou a ser a gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a edição da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000, pelo Ministério da Fazenda. A ela é atribuída a administração dos recursos provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e o controle do recebimento dos prêmios e o pagamento das indenizações (art. 5º, I e III, da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000).

Os objetivos básicos do FCVS é garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, permanentemente e a nível nacional, e quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação (Lei nº 7.682/88, art. 1º).

Acontece, porém, que as indenizações do seguro habitacional - SH são pagas com recursos próprios, sendo registrados em uma conta específica denominada Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA, subconta do FCVS.

O Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA é constituído por capital privado, proveniente dos prêmios pagos pelos mutuários do Sistema Financeiro Habitacional. Os recursos carreados ao FESA são, pois, de natureza privada, não havendo qualquer vinculação com o erário.

O FESA permanece autônomo, pois os seus recursos não se comunicam contabilmente com os recursos do FCVS. Não se pode confundir, pois, os recursos do FESA com os do FCVS.

Na origem, os apelados pretendem indenização securitária sem qualquer comprometimento dos recursos do FCVS, cujo destino é, primordialmente, a cobertura de eventuais saldos devedores residuais dos contratos de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação.

A Caixa Econômica Federal - CEF é mera administradora do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. Controla, supervisiona e define as diretrizes dos fundos financeiros com o objetivo de manter a higidez do sistema financeiro da habitação no país.

Depreende-se, assim, que a CEF não tem interesse jurídico na presente demanda, pois não mantém relação jurídica com a Seguradora que possa ser afetada pelo julgamento da causa. A eventual procedência dos pedidos formulados pelos apelados na petição inicial não irá afetar os recursos do FCVS ou o erário.

Em relação ao enunciado de súmula 150 do STJ, segundo o qual "compete à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas", é de ser dito que não impede o afastamento da alegação de interesse da CEF ou da União, quando sem fundamentação razoável do ponto de vista jurídico, ou por absoluta impossibilidade física (ver Theotonio Negrão, Código de Processo Civil, 34ª ed. p. 49).

Ademais, os enunciados de súmula dos Tribunais Superiores não possuem eficácia vinculante, ressalva-se apenas a súmula

vinculante, criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, cuja competência para a edição, revisão e cancelamento é exclusiva do STF.

1.411
2

Esses mesmos fundamentos valem para o enunciado de súmula 327 do STJ, segundo o qual "nas ações referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, a Caixa Econômica Federal tem legitimidade como sucessora do Banco Nacional da Habitação.

Acrescento apenas que a súmula nº. 327 do STJ se aplica aos casos nos quais se discute o contrato de financiamento, suas cláusulas, reajuste das prestações, execução hipotecária etc¹. Não incide naqueles casos nos quais se pretende indenização securitária, como é o dos autos.

É dominante o entendimento jurisprudencial segundo o qual a Caixa Econômica Federal, sendo mera administradora de fundo de seguro habitacional, cujo montante deve ser repassado à seguradora, não tem interesse jurídico na ação de indenização securitária.

Confira o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. - **Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes.** - Se o acórdão recorrido concluiu, com base na prova e na interpretação do contrato de seguro, que os danos sofridos por imóveis estão inseridos na cobertura reclamada, o STJ não pode rever tal conclusão (Súmula 7). (AgRg no REsp 811069/PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2007, DJ 12/12/2007 p. 416)(grifos)²

A ministra Nancy Andrighi do Superior tribunal de Justiça assim se manifestou no Agravo de Instrumento nº. 1.068.876:

"... Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes" (STJ - AI nº. 1.068.876 - SC; Rel. Nancy Andrighi; publicado em 03/12/2008, julgado em 27/11/2008).

O TJPE tem jurisprudência iterativa nesse sentido, a saber:

¹ Consulte os precedentes que deram origem ao enunciado de súmula 327 do STJ: (AgRg no REsp 155706/PE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2000, DJ 26/06/2000 p. 137), (REsp 97943/BA, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2001, DJ 18/02/2002 p. 280), (REsp 163249/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2001, DJ 08/10/2001 p. 191), (REsp 191940/RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 03/05/1999 p. 104), (REsp 271339/BA, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2000, DJ 20/11/2000 p. 303) (REsp 289155/RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 05/04/2001, DJ 04/06/2001 p. 160), (REsp 295370/BA, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2002, DJ 18/03/2002 p. 177).

² No mesmo sentido: CC 18.249/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/1996, DJ 18/02/1997 p. 2361). CC 18198/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/1997, DJ 29/09/1997 p. 48105). (CC 21.412/RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/1998, DJ 08/09/1998 p. 4).

8 Recurso do Agravo na Apelação nº 257.449-4

"AGRAVO. ART. 557, §1º, CPC. CIVIL. SEGURO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. COMPETÊNCIA. CAIXA SEGURADORA. AGRAVO IMPROVIDO.- O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou quanto à competência da Justiça Estadual para processar e julgar os processos cujo objeto sejam pretensões securitárias, nos quais figure como parte a Caixa Seguradora S/A, nova denominação da SASSE - Cia Nacional de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado, que não tem prerrogativa de litigar na Justiça Federal (STJ, CC 46.309/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.02.2005, DJ 09.03.2005 p. 184).- Por outro lado, não há interesse jurídico que justifique a participação da Caixa Econômica Federal ou da União Federal, como litisconsortes ou terceiros intervenientes, uma vez que não é objeto da lide primitiva qualquer controvérsia acerca do contrato de financiamento imobiliário mantido com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, mas apenas a pretensão resistida de haver a cobertura dos danos sinistrados pela companhia seguradora" (Recurso de Agravo nº. 146253-9/01; Rel. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 1ª Câmara Cível, julgado 3/6/2008)³.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região tem esse mesmo entendimento, a saber:

"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. ILEGITIMIDADE DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. (...) 2. Nos casos, como o presente, em que se postula indenização decorrente de vício de construção, a presença da CEF não se justifica, porquanto inexistentes efeitos reflexos sobre o financiamento contratado, acarretando, por conseguinte, despicienda a tramitação da demanda na Justiça Comum Federal. 3. O Seguro Habitacional - é certo - é administrado pela Caixa e constitui cláusula obrigatória nos contratos firmados no âmbito do SFH. Não obstante, é formado a partir do pagamento efetuado pelos mutuários juntamente com a prestação, não envolvendo recursos públicos..." (Agravo de Instrumento nº. 85946; Relª. Joana Carolina Lins Pereira; 2ª Turma; julgado em 08/04/2008; publicado no DJ em 28/04/2008, p. 404 - nº 80)⁴.

Ademais, restou sumulado em 02/10/2009 neste Tribunal ser da Justiça Estadual a competência para apreciar ações envolvendo seguro habitacional, verbis:

Súmula 94. A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional.

Por fim, destaco recentes decisões demonstrando haver posição firme deste Tribunal a respeito da **competência da Justiça Estadual** para julgar as causas envolvendo a ação de indenização securitária provenientes do SFH, verbis:

³ No mesmo sentido: (Recurso de Agravo nº. 159015-4/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 146808-4; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível, julgado em 17/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 169353-2; Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; 2ª Câmara Cível; julgado em 13/8/2008), (Recurso de Agravo nº. 146143-8/01; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível; julgado em 28/2/2008), (Recurso de Agravo nº. 158970-6/01; Rel. Eduardo Augusto Paura Peres; 6ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Recurso de Agravo nº. 155642-5/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; Relator para o acórdão Itamar Pereira da Silva Júnior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008).

⁴ No mesmo sentido: (Agravo de Instrumento nº. 84182 - TRF5ª; Rel. Luiz Alberto Gurgel de Faria, 2ª Turma; julgado em 29/07/2008; publicado no DJ em 20/08/2008, p. 204, nº 160).

⁵ Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

EMENTA: Civil e Processual Civil - **Seguro Habitacional** - Agravo - Decisão Monocrática Terminativa - Agravo de Instrumento - **Indenização Securitária - Competência da Justiça Estadual - Restaurada a Jurisprudência do STJ que fixa a competência da Justiça Estadual para casos desse jaez** - O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivesse o condão de modificar a decisão agravada. Recurso não provido. Decisão unânime. Agravo Regimental nº 278998-2/02. Relator: Des. Silvio de Arruda Beltrão. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Data: 18/10/2012.⁵(grifos)

Dessa forma, patente a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a ação de indenização securitária, motivo pelo qual **rejeito** a presente questão.

2) PRELIMINAR DO APELO DA CAIXA SEGURADORA: ILEGITIMIDADE PASSIVA.

Não prospera a intenção da apelante em defender sua ilegitimidade passiva.

Essa matéria já foi enfrentada neste Tribunal, nos seguintes termos:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH). INTERVENÇÃO DA CEF. DENEGADA. TUTELA ANTECIPADA. CABIMENTO. **ALTERAÇÃO DA PARTE PASSIVA. IMPOSSIBILIDADE.** NEGATIVA DE PROVIMENTO. (...)

- **Não merece prosperar a alegação de ilegitimidade** da agravante, ora recorrente, **pois a alteração da parte passiva a cada troca de seguradora traria enorme insegurança jurídica**, havendo, entre a Caixa Seguradora e a Sul América S.A., caso típico de empresa sucedida e sucessora, respectivamente, sendo aquela a responsável primitiva pela fiscalização e esta a responsável derivada, podendo em ação de regresso se voltar contra a primitiva responsável.

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0152150-0/01. RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior. RELATOR SUBSTITUTO: Dr. Itamar Pereira da Silva Júnior. 1ª CÂMARA CÍVEL. Sessão do dia 22.01.08.(grifos acrescidos)

E ainda:

Neste ponto, partilho dos fundamentos da decisão recorrida, verbis: "Compulsando os documentos apresentados, sobretudo as apólices, não vislumbro vínculo entre os autores e a Sul América Seguros. **A circunstância mencionada pela ré de que existiu uma sucessão de seguradores não enseja necessariamente que a seguradora cessionária venha compor o pólo passivo da demanda, até porque o credor de devedores solidários tem a faculdade buscar o ressarcimento em face de qualquer delas:** tratando-se de obrigação em caráter solidário, o credor pode exigir de qualquer dos obrigados o cumprimento da prestação, objeto da obrigação, devida, indistintamente."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0174394-6 RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres SEXTA CÂMARA CÍVEL. 23 de outubro de 2008(grifos)

Por essa razão, **rejeito** a preliminar formulada.

⁵ No mesmo sentido: Areg 252109-5/01. Relator: Des. Stênio Neiva Coelho. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Data: 18.10.12.

3) PRELIMINAR DO APELO DA CAIXA SEGRADORA: ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS.

Defende a apelante a ilegitimidade ativa dos autores/apelados, arguindo ausência de vínculo contratual entre tais litigantes e a seguradora.

Ora, sendo os apelados proprietários dos imóveis objeto da cobertura securitária e considerando a compulsoriedade do seguro quando da aquisição do bem, não há sentido o pleito da **SUL AMÉRICA**.

Destaco tal matéria encontrar-se sumulada neste Tribunal:

Súmula 59. Nas **ações de seguro habitacional** em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, **o beneficiário do seguro pode ser o mutuário**, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei civil.(grifos)

Dessa forma, **rejeito** a preliminar formulada.

Ademais, os agravados não são carecedores de ação em decorrência de já ter ocorrido a quitação do contrato de financiamento, pois estaria desvirtuando a própria finalidade do contrato de seguro que visa garantir os proprietários na ocorrência de vícios futuros no bem.

Ao apreciar questão semelhante o Tribunal de Justiça de São Paulo assim se manifestou:

A alegada falta de interesse processual, em face da quitação dos contratos junto ao agente financeiro, não constitui óbice para o recebimento da indenização postulada no âmbito da presente ação, já que não extingue a responsabilidade da seguradora por danos contínuos no imóvel.

Nesse sentido, julgado da 10a Câmara de Direito Privado, extraído dos autos da Apelação Cível n. 549.598-4/6, que teve como Relator o Desembargador OCTAVIO HELENE, que em tudo se enquadra à controvérsia posta em sede do presente recurso.

Confira-se a ementa:

"SEGURO - Habitacional - Indenizatória por prejuízos sofridos em face do sinistro no imóvel segurado - Extinção da ação amparada em entendimento de extinção da relação jurídica entre as partes, em razão de quitação do financiamento - Descabimento - Quitação do financiamento que, entretanto, não extingue a responsabilidade da seguradora por danos que ocorrem de forma contínua e em espaçado lapso temporal - Cobertura da seguradora emerge-se do próprio contrato, sendo irrelevante a sua quitação pelos mutuários, visto que a sua responsabilidade deve se estender até o limite prescricional - Recurso provido, para anular a r. sentença e determinar o prosseguimento do feito no Juízo de origem."

Por tudo isso, escorreita a r. decisão agravada ao afastar as preliminares argüidas na defesa da ora agravante, o que ora se ratifica.

(Trecho do voto no Agravo de Instrumento nº 990102038815. Relator: Salles Rossi. Órgão julgador: Oitava Turma Cível. Data do julgamento: 30/06/2010. Data de registro: 07/07/2010. (grifos)

Dessa forma, rejeito a preliminar.

4) DA EXISTÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA PARA VÍCIOS CONSTRUTIVOS.

No tocante à exclusão da cobertura de sinistros causados por vícios de construção há o entendimento dominante no âmbito deste Tribunal de Justiça de que a existência de vício de construção não afasta a cobertura securitária.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A CONTRATO DE MÚTUO E FINANCIAMENTO DE CASA PRÓPRIA. SFH. IMÓVEL DESOCUPADO POR RISCO DE DESMORONAMENTO. COBERTURA DOS ALUGUÉIS E OUTROS ENCARGOS. APLICABILIDADE DO CDC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- **Abusiva a cláusula contratual excludente da cobertura no caso de danos decorrentes de vícios de construção, pois tal disposição restringe uma obrigação inerente ao seguro habitacional, afrontando o CDC;- (...)**" (Agravo de Instrumento nº. 84188-9; Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; 2ª Cciv; julgado em 29/10/2008)⁶.(grifos)

Uniformizando a jurisprudência deste Tribunal, a Seção Cível, em 5/12/2008, aprovou o **enunciado de súmula nº. 58**, in verbis:

"A existência de vício de construção não afasta a cobertura securitária decorrente de contrato de seguro habitacional".

Evidenciado, pois, não haver fundamento ao pleito recursal, estando sedimentado o posicionamento sobre a preservação da cobertura securitária na hipótese de vício de construção no imóvel. (...)

5) O DESCABIMENTO DA MULTA DECENDIAL.

É cabível a multa decendial regularmente prevista no contrato firmado entre as partes. A respeito dessa questão há reiterados julgados deste Tribunal, consoante se infere do precedente abaixo transcrito:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO HABITACIONAL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS REJEITADA. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADA. PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA INTEGRAR O PÓLO PASSIVO DA LIDE REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA CAIXA SEGURADORA PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA LIDE REJEITADA. IMÓVEL ADQUIRIDO JUNTO AO SFH. DESOCUPAÇÃO POR RISCO DE DESABAMENTO. COBERTURA DEVIDA. APLICAÇÃO DA APÓLICE RD BNH Nº 18/77. OBRIGATORIEDADE DO CUSTEIO DAS DESPESAS COM ALUGUÉIS E DEMAIS ENCARGOS CONDOMINIAIS. **MULTA DECENDIAL DE 2%, LIMITADA AO MONTANTE DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL.** APELO NÃO PROVIDO.- (...)

⁶ No mesmo sentido: **Agravo de Instrumento nº. 159336-8**; Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; 2ª Câmara Cível; julgado em 20/02/2008), e, **Recurso de Agravo nº. 151097-4/01**; Rel. Jones Figueiredo; 4ª Câmara Cível; julgado em 18/10/2007.

⁸ Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

- Cabível a multa decencial de 2% prevista na apólice, devendo, contudo, limitar-se ao montante da obrigação principal, nos termos do art. 920, do CC de 1916. - A fixação de honorários em 20% sobre o valor da condenação total deve ser mantida, levando-se em conta a regra do art. 20, § 3º do CPC. Apelação nº 182839-5. Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins. Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível. Data: 21/7/2009.(grifos)

Nessa direção foi editada em 02/10/2009 a **súmula 101** por esta Corte, com o seguinte teor:

É válida a multa decencial prevista no contrato de seguro habitacional para o atraso do pagamento da indenização, limitada ao valor da obrigação principal.

Nessa direção caminha o STJ, verbis:

Seguro habitacional. Responsabilidade da seguradora. Multa decencial.

(...)

2. O pagamento da multa decencial deve ser feito ao mutuário.

(...)

(REsp 813.898/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 28/05/2007 p. 331).(grifos) (...)

À luz desses ensinamentos, compreendo não merecer correção a sentença em relação aos honorários arbitrados, nem tampouco no tocante aos juros moratórios e correção monetária adequadamente atribuídos.

Assim, não deve ser reformada a decisão recorrida, por estar em consonância com o entendimento firmado sobre a matéria. (...)

6) INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE ALUGUÉIS;

Postula a seguradora não ser cabível o pagamento de aluguéis não havendo previsão contratual para tal finalidade.

A jurisprudência do TJPE é unívoca em relação ao dever da seguradora de pagar aluguel aos segurados, consoante se infere dos julgado abaixo transcrito:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITARIA. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. MÉRITO. RISCO DE DESMORONAMENTO DE IMÓVEL. CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A CONTRATO DE MÚTUO E FINANCIAMENTO DE CASA PRÓPRIA. SFH. DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL. CDC. APLICABILIDADE. ALUGUEL. ENCARGO DA SEGURADORA. RECURSO IMPROVIDO.- (...);

- **Abusividade de qualquer cláusula que restrinja direitos ou obrigações inerentes à própria natureza dos contratos regidos sob a égide do Código de Defesa do Consumidor;- Sendo um dos riscos cobertos pelo seguro, a necessidade dos proprietários pagarem aluguel decorre diretamente da ameaça de desmoronamento, estando a Seguradora, portanto, obrigada a assumir a responsabilidade por aqueles valores. Inteligência do art. 779 do NCC.(TJPE, Agravo de Instrumento n. 150962-2, rel. Dês. Cândido José da Fonte Saraiva**

de Moraes, 2ª Câmara Cível, dec. Unânime, julgado em 27/02/2008)⁷(original sem destaques).

A questão está pacificada no âmbito desta Corte de Justiça. O TJPE uniformizou sua jurisprudência, editando o **enunciado de súmula nº. 57**, aprovado pela Seção Cível em 5/12/2008, cujo teor é o seguinte:

A seguradora é responsável pelo pagamento de aluguel, pelas prestações do contrato de financiamento ativo e pela guarda do imóvel sinistrado sempre que o segurado tenha que dele sair, até o momento que possa para ele regressar ou que for paga a indenização em pecúnia.

Assim, possível a atribuição de valor de aluguel em benefício dos autores/apelados, bem como é de se considerar adequada a sentença que condenou a seguradora a indenizar os autores integralmente pelos danos apurados não se limitando a previsão contratual. (...)

Em relação ao petitório de fls. 1.148/1.149, protocolado por Francisco Penha de Lima requerendo sua inclusão no feito como litisconsorte ativo, **não há como ser atendido o pleito**, pois a admissão de inclusão de litisconsorte já tendo o feito originário sido sentenciado atentaria ao juízo natural, destacando-se ter a parte contrária refutado o intento.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO POPULAR. **LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO ULTERIOR**. LEI 4.717/65. PREVISÃO EXPRESSA DE HABILITAÇÃO DE QUALQUER CIDADÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. INEXISTÊNCIA.

1. A inclusão de litisconsorte ativo facultativo, após a distribuição da ação judicial, configura desrespeito à garantia constitucional do Juiz Natural (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição da República de 1988), praxe que é coibida pela norma inserta no inciso II, do artigo 253, do CPC (com a redação dada pela Lei 11.280/2006), segundo o qual as causas de qualquer natureza distribuir-se-ão por dependência quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda (Precedentes do STJ: REsp 796.064/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 22.10.2008, DJe 10.11.2008; e AgRg no MS 615/DF, Rel. Ministro Bueno de Souza, Corte Especial, julgado em 13.06.1991, DJ 16.03.1992). (...)(AgRg no REsp 776.848/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 03/08/2010). (original sem destaques).

No tocante a destinação dos recursos tal matéria restou abordada na decisão recorrida:

(...)

No tocante a designação do valor da indenização não há sentido em promover a modificação do julgado recorrido considerando a natureza individual do seguro, não sendo possível atribuir aos autores desta ação o dever de recuperação integral do imóvel que contém muitas outras unidades, com isso, evitando a aplicação de

⁷No mesmo sentido: Recurso de Agravo n. 158753-5/01, rel. Dês. Bartolomeu Bueno, 3ª Câmara Cível, dec. Unânime, julgado em 20/12/2007; Agravo de Instrumento nº. 141322-9; Rel Subst. Juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima; 3ª Câmara Cível; julgado em 7/12/2006); Recurso de Agravo nº158753-5/01; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível; 20/12/2007.

⁸ Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

recursos na reforma do bem de forma isolada, tendo em vista a solução do problema estrutural da unidade imobiliária envolver a junção de todos os proprietários em uma atuação conjunta.

CDC

(...) Ademais, sabe-se que nos contratos de adesão, as cláusulas devem ser interpretadas favoravelmente ao consumidor, nos termos do artigo 47 do CDC, prevalecendo a cobertura, in casu, para ameaça de desabamento, como se constatou nos autos, decorrente de quaisquer causas, externas ou internas ao imóvel. (...)

A respeito dos Honorários advocatícios:

(...)

Quanto aos honorários advocatícios, restou estabelecido na sentença recorrida a fixação da verba honorária em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, §3º, alíneas "a", "b" e "c" do CPC.

Em princípio, como a sobredita sentença tem cunho condenatório, o critério para definição dos honorários revelou-se adequado. Cumpre, então, analisar se houve acerto na forma de aplicação do critério, isto é, se o percentual fixado para a verba honorária resultou do coerente cotejo do caso concreto com as alíneas supramencionadas.

Para tanto, espelho-me nesta lição do jurista Cândido Rangel Dinamarco⁸:

"Dentro dos limites fixados em lei, o juiz arbitrar os honorários segundo as circunstâncias de cada caso, levando em conta (...) algumas diretrizes genéricas que também estão postas no Código de Processo Civil – todas elas relacionadas com o trabalho do advogado e a importância da causa para seu constituinte (art. 20, § 3º, letras a a c). Do trabalho do advogado, levará em conta o zelo com o qual haja sido realizado, sua boa ou má qualidade e o volume (inclusive pelo tempo despendido e os lugares mais distantes, ou menos, em que ele foi prestado); a importância da causa mede-se pela relevância que seus resultados exercem na vida pessoal, social, empresarial etc. do cliente. Nenhum desses critérios é rigoroso ou objetivo e todos deixam boa dose de subjetivismo a cargo do juiz, que tem o dever de buscar decidir com justiça".

Isso pelas seguintes circunstâncias: o tempo de existência do presente processo, superior a seis anos; a defesa dos quatro apelados pelos mesmos patronos, conforme as procurações de fls. 307, 310, 313 e 316; a inexistência, nos autos, de provas sobre má-fé ou desobediência a prazos processuais pelos referidos defensores (circunstâncias denotadoras do volume e do zelo no trabalho dos causídicos); e a importância da causa, pois destinada a ressarcir os recorridos perante riscos de desabamento de sua própria moradia.

À luz desses ensinamentos, compreendo não merecer correção a sentença em relação aos honorários arbitrados, nem tampouco no tocante aos juros moratórios e correção monetária adequadamente atribuídos.

O presente feito envolve indenização securitária decorrente de vícios em construções financiadas pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação).

⁸Dinamarco, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Malheiros, 2010, vol.II, p.682.

⁸ Recurso de Agravo na Apelação nº 257.449-4

Observo a abordagem, na decisão recorrida, da questão central do litígio, alusiva à obrigação da Caixa Seguradora em prover a garantia securitária dos mutuários.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Recife,

02.11.11

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator